



## capítulo 4 >>

# Reflexões sobre algumas questões de desenvolvimento humano

### 4.1 Debates sobre questões sob desenvolvimento

O PNUD promoveu a realização de um conjunto de seis Workshops temáticos com pessoas chave provenientes de vários extractos socio-profissionais e institucionais, que aportaram contribuições para a temática central do relatório anual do desenvolvimento humano. Os workshops foram animados por profissionais competentes e tiveram como suporte um guião de perguntas semi-estruturadas, elaborado para o efeito pela equipe do projecto do Relatório de Desenvolvimento Humano. Os debates tiveram lugar no terceiro trimestre de 2002.

Este exercício intelectual permitiu que várias vozes, em média 12 pessoas por cada grupo de trabalho, opinassem sobre questões relativas ao desenvolvimento humano, em áreas como:

- a) Que desenvolvimento humano para Angola? Haverá consenso sobre o paradigma de desenvolvimento humano?
- b) Em que medida o paradigma actual de provisão de serviços sociais responde às expectativas do cidadão?
- c) Como financiar de forma sustentável o desenvolvimento humano?
- d) Criação de um pacto social e económico de desenvolvimento;
- e) Família, mulher, criança e HIV/Sida;
- f) Provisão da justiça e desenvolvimento humano;

A seguir se apresentam para cada temática, um resumo das discussões realizadas.

#### 4.1.1. Que desenvolvimento humano para Angola? Haverá consenso sobre o paradigma de desenvolvimento humano?

Este foi o tema central de um dos workshops, estruturado em torno de três subtemas, nomeadamente:

- \* Quais as causas do paradoxo (grande potencial de riqueza/nível generalizado de pobreza) que caracteriza a presente situação em Angola?
- \* De que forma a política fiscal vigente, contribui ou não, para a manutenção ou agravamento da situação?
- \* Que papel deverá jogar o investimento privado e, particularmente, o investimento estrangeiro em Angola para melhorar a situação?
- \* debate foi orientado em torno das seguintes questões:
  - \* No caso concreto de Angola, em fase de pós-conflito será que o conceito de desenvolvimento sustentável faz sentido e é, de facto, oportuno?
  - \* Em que medida as políticas actuais de desenvolvimento, privilegiam o factor mão de obra? Será que a política fiscal actual, beneficia proporcionalmente mais os pobres que os ricos? Em que medida a forte dependência do Estado das receitas petrolíferas, torna prejudicial a redistribuição do rendimento nacional?
  - \* A política actual de investimento privado e estrangeiro, em particular, é

favorável ao desenvolvimento económico sustentável? Quais são os grandes obstáculos à promoção do investimento estrangeiro em Angola? A política de investimento deveria privilegiar o aparecimento de uma classe de investidores nacionais ou deveria ser neutra? Que deveria o Governo realizar, para reduzir os riscos percebidos pelos investidores? Em que medida é que os mercados de trabalho locais podem beneficiar com o investimento estrangeiro em Angola? Como pode o investimento estrangeiro em Angola, no sector dos petróleos, gerar mais empregos e que políticas seriam as mais ajustadas para que isso aconteça?

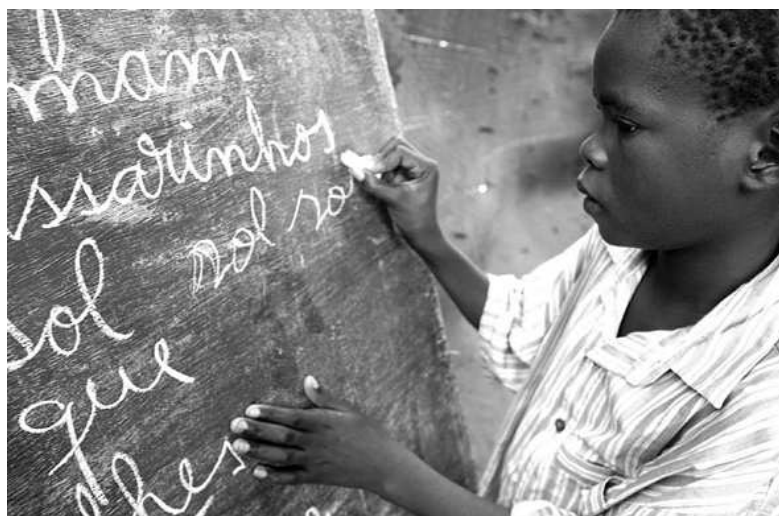
Um dos primeiros objectivos deste primeiro workshop temático, foi o de avaliar o entendimento dos participantes sobre o conceito de desenvolvimento humano sustentável e em que medida ele se diferencia do conceito clássico de desenvolvimento assente no crescimento económico puro (trickle down effects). Os participantes reconheceram que o crescimento do rendimento económico (per capita) não tem determinado o crescimento do índice do desenvolvimento humano. O nível de desenvolvimento económico está baseado numa economia de petróleo e o seu crescimento não tem sido expresso em melhoria do desenvolvimento humano. Daí que o crescimento económico em si não ter sido condição única para que o desenvolvimento humano possa ocorrer pelo menos em Angola. Há um grande abismo entre a teoria e a prática do desenvolvimento humano em Angola, segundo os participantes. Embora se considere correcto que o país invista sistematicamente nos petróleos e diamantes, importante para o crescimento económico, isso não tem relação com o desenvolvimento humano mas sim com a gestão política do Estado e Governo. A ausência de políticas públicas, não tem permitido garantir e disponibilizar uma parte desses resultados para o desenvolvimento

*Sem desenvolvimento económico não há desenvolvimento humano e vice-versa. Não obstante os esforços do PNUD e outras instituições em divulgar esses conceitos, tem sido pouco expressiva a sua incorporação na elaboração das políticas de desenvolvimento.*

humano, foi a impressão deixada pelos participantes.

Os participantes referiram a fraca base de informação sócio-económica, que não permite valorizar correctamente a situação real da economia e da sociedade, embora já se tenham realizado muitos inquéritos multidisciplinares socio-económicos, que permitem um melhor conhecimento da realidade, para a elaboração de estratégias de melhoria do desenvolvimento humano.

Contudo, os participantes constataram que sem um crescimento económico sustentável não é possível atingir-se desenvolvimento humano sustentável pois, existe uma relação entre o crescimento económico e o desenvolvimento humano. Sem desenvolvimento económico não há desenvolvimento humano e



vice-versa. Segundo os mesmos, não obstante os esforços do PNUD e outras instituições em divulgar esses conceitos, tem sido pouco expressiva ou tímida a sua incorporação na elaboração das políticas de desenvolvimento. Por outro lado uma melhoria do desenvolvimento humano iria determinar um desenvolvimento económico sustentável mais acelerado segundo os participantes. Daí que seria imperioso um mínimo de crescimento dos índices de desenvolvimento humano nas suas compo-

nentes de capital humano e redistribuição da riqueza para se atingir um desenvolvimento económico sustentável.

Em relação a questão sobre se, para Angola, em fase de pós-conflito, o conceito de desenvolvimento humano sustentável fazia sentido, os participantes consideraram que o desenvolvimento humano implica desenvolvimento social, o que infelizmente não corresponde à realidade, já que as políticas públicas actuais não têm o mínimo de sustentabilidade para garantir uma prática do desenvolvimento humano. As formas e os métodos de governação não estão orienta-

*Seria imperioso [projectar-se] um crescimento mínimo nas suas componentes de capital humano do índices de desenvolvimento humano e na redistribuição da riqueza para se atingir um desenvolvimento económico sustentável.*

dos para esse objectivo já que ele não abrange a maioria da população, mas somente uma elite, como acontece actualmente. É verdade que o país está numa fase complexa, caracterizada pela transição da guerra para a paz, da economia centralizada para a economia de mercado, mas mesmo assim, é

preciso não esquecer o objectivo de desenvolvimento humano, segundo os participantes.

Na realidade, só agora se retorna a alguns indicadores económicos de 1973 e muitos deles, nem sequer serão recuperados. Os participantes consideraram que haveria riqueza suficiente para atingir melhores resultados do desenvolvimento humano; isso não acontece porque o Estado delapida os recursos que o país precisa para seu desenvolvimento. Constataram, lamentavelmente, a diferença com outros países que não têm recursos naturais, mas que atingem altos níveis de desenvolvimento humano.

As políticas de desenvolvimento são anárquicas e têm pouco a ver com o conceito de desenvolvimento humano. As grandes empresas de comunicações, levam os telefones a zonas onde não há água, electricidade, redes sanitárias e outros serviços públicos indispensáveis para a sociedade. Como se pode falar de desenvolvimento humano, se não há escolas,

pão, saúde, nem uma governação digna e democrática? O desenvolvimento da economia de mercado no país, é ainda reduzido. A maioria dos grupos humanos de algumas áreas, não têm nenhum acesso ao mercado, como por exemplo as famílias pobres das cidades e dos campos não têm nenhuma participação na economia de mercado. Essa imensa maioria da população, não tem as mínimas e indispensáveis condições para o desenvolvimento da vida. Como é possível então falar do desenvolvimento humano em Angola nas actuais condições? indagaram os participantes.

*Depois do Estado ter investido na formação profissional dos quadros, estes não têm empregos.*

Em relação a questão sobre, em que medida as políticas actuais de desenvolvimento privilegiariam o factor mão de obra, houve consenso entre os participantes de que não há uma política económica estável em Angola, dirigida ao desenvolvimento humano. Que mão de obra qualificada há em Angola, indagaram-se os participantes? Segundo eles infelizmente não há e seria péssima a distribuição actual dos quadros. Muitas experiências demonstram que depois de o Estado ter investido na formação profissional dos quadros, estes não têm empregos. Por outro lado, constitui um factor negativo para o desenvolvimento da mão de obra no país, a discriminação salarial dos profissionais nacionais relativamente aos estrangeiros. As políticas públicas não eliminam essa diferenciação salarial com base na igualdade de nível profissional. Os participantes referiram que não haveria relações universalistas de emprego. Existiria um determinado grau de complexo de inferioridade no local de trabalho, que não deixa de implicar os profissionais: para além dos problemas sociais, haveria complexos de inferioridade nas relações humanas que afectam as relações laborais, segundo alguns dos participantes.

*A discriminação salarial dos profissionais nacionais relativamente aos estrangeiros, constitui um factor negativo para o desenvolvimento da mão de obra no país. As políticas públicas não eliminam essa diferenciação salarial com base na igualdade de nível profissional.*

Áreas estratégicas e muito sensíveis como a agricultura, não têm uma política séria de

*A população não recebe benefícios pelos impostos que paga ao Estado, em resultado de más políticas fiscais, acabando ela por estar sujeita a um impacto inflacionista negativo.*

formação da mão de obra e a “catana” como instrumento de trabalho manual, ainda teria infelizmente um futuro promissor. Por outro lado, as estatísticas públicas não reflectem a realidade sendo desconhecidas a taxa real de emprego, o potencial de graduados e a taxa de desemprego.

Segundo a percepção dos participantes, a maioria da população não é abrangida pelo benefício das políticas fiscais. A população não receberia benefícios pelos impostos que pagam ao Estado, em resultado de más políticas fiscais, acabando ela por estar sujeita a um impacto inflacionista negativo. São os ricos e não os pobres, os que mais beneficiam das políticas fiscais, em resultado da má aplicação das mesmas. Os ricos não pagam os impostos na mesma correspondência com os seus rendimentos, foi a opinião geral. Por exemplo, os empresários não pagam imposto sobre os rendimentos. Por outro lado, há a ideia de que os empresários não gostam de pagar os impostos, porque não têm nenhum benefício, já que o Estado não garante créditos e outras formas de ajuda ao desenvolvimento do empresariado nacional.

Alguns dos participantes referiram que se diz que 90% das receitas fiscais beneficiariam as camadas mais vulneráveis da população. Contudo, isso não seria verdade tendo sido apontado, como exemplo, as políticas públicas de transportes orientadas para a aquisição de carros de luxo. Ainda segundo alguns dos participantes, nunca se teve em conta as relações entre pobres e ricos, na busca de soluções para os problemas sociais, sendo as políticas fiscais mais populistas que realistas. Haveria um mau emprego das políticas fiscais, como mostram os investimentos em obras urbanas em Luanda, como túneis, etc. enquanto as pessoas não têm água, electricidade e outros serviços públicos indispensáveis para o desenvolvimento humano.

Em relação a questão sobre em que medida a forte dependência do Estado das receitas

petrolíferas tornaria prejudicial a redistribuição do rendimento nacional, os participantes referiram que os petróleos suportaram a guerra e a má gestão da economia.. O Estado deveria aplicar os impostos de maneira que todos possam contribuir para o desenvolvimento do país e, por conseguinte, do desenvolvimento humano. A economia de dependência do sector petrolífero consolida-se, porque não há uma política de desenvolvimento dos outros ramos da economia. Na opinião dos participantes, devia-se exigir maior responsabilidade ao Governo, na aplicação correcta dos impostos.

Em relação as questões sobre a política actual de investimento privado e a sua relação com o desenvolvimento económico sustentável, e sobre os grandes obstáculos à promoção deste investimento estrangeiro no país, surgiu a percepção que existe uma política de investimento estrangeiro do país relacionada com os petróleos, diamantes e outros recursos minerais. Constata-se que na realidade angolana, o processo de investimento estrangeiro não tem influenciado na produção de bens e serviços com benefícios directos para os cidadãos. O desenvolvimento da política de investimentos não é eficaz, sobretudo para os nacionais que não têm capacidade de disponibilizar capital para o desenvolvimento do país, estando dependentes do capital estrangeiro. Por enquanto, o que se precisa é que esse capital nacional não seja expatriado.

*Há um mau emprego das políticas fiscais, como mostram os investimentos em obras urbanas em Luanda, como túneis, etc. enquanto as pessoas não têm água, electricidade e outros serviços públicos indispensáveis para o desenvolvimento humano.*

Por outro lado, as políticas económicas de investimentos, têm basicamente incidência no litoral do país, sem nenhum impacto nas províncias do interior. Haveria que criar infraestruturas no interior do país que permitissem mudanças das políticas de investimento. O apoio do Governo ao investimento rural seria praticamente nulo, pois continua a importar-se tudo, incluindo vegetais e ovos, segundo alguns dos participantes.

Os participantes assinalaram a tendência das políticas de investimento incidirem mais sobre grandes projectos, já que os pequenos projectos ficariam esquecidos. Contudo, seriam estes os que, directamente, seriam capazes de resolver muitos problemas sociais. No geral, os participantes consideram fundamental não se cometerem os mesmos erros que em etapas anteriores, pelo que as políticas de investimentos teriam que ser no futuro mais reais e sustentáveis.

*Na realidade angolana, o processo de investimento estrangeiro não tem influenciado a produção de bens e serviços com benefícios directos para os cidadãos.*

Na opinião dos participantes, seria maior o volume de investimentos de angolanos no estrangeiro do que no seu próprio país. O Estado não dá nenhuma protecção à produção local, pelo que não é privilegiada a acumulação nacional. A capacidade de realização de investimentos pelo capital nacional é mínima, tendo sido apontado o caso de hotéis que deixaram de ser entregues aos estrangeiros em proveito de nacionais, mas que estes últimos perderam os financiamentos do Governo. Isto teria acontecido do mesmo modo, nos outros ramos da economia, segundo os participantes. Os créditos destinados ao desenvolvimento empresarial seriam dirigidos às pessoas influentes e não para projectos, económica e socialmente, úteis.

A dinâmica de desenvolvimento do capital estrangeiro é muito mais rápida do que a do capital angolano, segundo os participantes. Os instrumentos jurídicos que têm que garantir o processo de investimento estrangeiro não seriam suficientes, o que conduz o Estado a mudar a lei, que passaria a chamar-se “lei do investimento privado”. As actuais infra-estruturas para canalizar os processos de investimento seriam insuficientes, segundo alguns dos participantes.

A seguir apresentam-se algumas das principais conclusões do seminário extraídas pelos moderadores do mesmo:

\* Na generalidade, o envolvimento partici-



pativo dos cidadãos, do nível comunitário ao nível nacional, poderia ser a chave principal para a resolução dos enormes desafios que o país enfrenta no momento actual;

- \* A guerra já é vista como algo do passado; grande parte das dificuldades que o país enfrenta, foram atribuídas: à ausência de políticas; à fraca adequação das políticas existentes aos reais problemas do país, à pouca eficiência dos instrumentos de política e seus mecanismos de implementação. O desenvolvimento sustentável, enquanto garante da paz e da estabilidade, é não só importante, mas também prioritário e urgente;
- \* Os participantes demonstraram um fraco domínio técnico sobre as questões relativas à política fiscal, nomeadamente, a sua análise na óptica da despesa. Porém, a intervenção de um dos participantes, contribuiu para a superação dessa lacuna e as contribuições prestadas apontaram para o consenso de que se do lado das receitas existe alguma preocupação do Governo em estabelecer critérios diferenciados para a tributação de ricos e pobres, o mesmo já não se verifica em relação às prioridades de investimento do país, no sentido de beneficiar mais os pobres. A política fiscal é inadequada e inconsis-

tente para produzir o efeito desejável de uma equitativa redistribuição do rendimento nacional. Os instrumentos para a arrecadação das receitas e mecanismos de implementação da política fiscal, são muito pouco eficientes;

- \* A forte dependência do Estado das receitas do sector petrolífero tem influenciado negativamente a política de rendimentos;
- \* Os participantes reconheceram a importância do investimento estrangeiro, mas demonstraram algumas ambiguidades sobre o papel que o mesmo poderá desempenhar, quer como impulsionador do crescimento económico, quer quanto à criação de empregos locais, em particular, de nível técnico e de direcção;

*O desenvolvimento da política de investimentos não é eficaz, sobretudo para os nacionais que não têm capacidade de disponibilizar capital para o desenvolvimento do país, estando dependentes do capital estrangeiro.*

- \* Políticas económicas pouco adequadas e a escolha aleatória dos investimentos, têm promovido mais o crescimento económico do que o desenvolvimento humano. Estabelecer a relação entre os dois conceitos é importante, mas é igualmente importante não descurar o conceito de igualdade na redistribuição do rendimento nacional;
- \* A inexistência de uma adequada política de enquadramento e de aproveitamento racional dos recursos humanos, tem contribuído para a não priorização do factor mão de obra, para um crescimento económico mais fraco e ainda, para a criação de um fosso de frustração colectiva, que em nada contribui para o desenvolvimento humano e, para a tão necessária mudança de atitudes;
- \* O investimento privado nacional e estrangeiro, deveria privilegiar a cri-

ação de empregos qualificados e tecnicamente diversificados, para proporcionar aos cidadãos angolanos a dignidade que lhes é devida;

- \* A política de investimento público deveria priorizar a reabilitação das infra-estruturas básicas impulsionadoras do investimento privado nacional e estrangeiro, devendo ser esse o principal contributo à minimização do risco.

#### 4.1.2. Em que medida o paradigma actual de provisão de serviços sociais responde às expectativas do cidadão?

Este assunto constituiu o tema central de outro dos seminários. Os serviços prestados pelos provedores de serviços sociais públicos, e não só, são considerados pela maioria dos cidadãos, como ineficientes. Muita dessa ineficiência tem sido atribuída à escassez de recursos, embora haja quem argumente que muito tem a ver com os modelos correntes de provisão dos serviços sociais. Algumas das questões levantadas no seminário foram:

- \* Se um aumento simples da despesa pública nos sectores sociais, iria provocar uma melhoria substancial dos serviços prestados ao cidadão?
- \* Será que a forma como os serviços sociais são prestados, tem implicação sobre a cobertura e qualidade dos mesmos?
- \* Se sim, quais as desvantagens dos sistemas actuais?
- \* Como se poderia aproximar os cidadãos das instituições, por forma a que os primeiros possam expressar os seus pontos de vista e, esse retorno de informação possa alimentar mudanças na gestão dos serviços?

Outras questões incluíram:

- \* Qual o grau de responsabilidade social do cidadão no financiamento dos serviços sociais? Que papel poderiam jogar as principais empresas do país no financiamento do mesmo? Uma política de subsídios cruzados ou de subsídios alvo (subsídios alvo dirigidos a sub-populações) poderia promover uma maior equidade no sistema de financiamento dos serviços sociais? Como a co-gestão de serviços de saúde e educação por instituições não públicas poderia promover a qualidade dos serviços e melhorar a sustentabilidade financeira do sistema de provisão de serviços sociais?,

uma estratégia nacional, o que tinha efeitos negativos para o desenvolvimento humano. Também foi referido o baixo nível de disponibilidade das despesas públicas geridas pelos serviços sociais. A prática generalizada da corrupção entre alguns funcionários públicos e governantes, seria um factor negativo ao desenvolvimento dos serviços sociais e ao desenvolvimento humano. A problemática da ausência de uma política de incentivos, entre os funcionários provedores de serviços sociais foi também levantada.

*Há uma forte centralização dos serviços sociais e nenhuma participação dos cidadãos na sua concepção e desenvolvimento, quando nas questões de prestação de serviços sociais, é extremamente importante o papel participativo dos cidadãos.*

Em relação a questão sobre se a forma como os serviços sociais eram prestados tinha implicação sobre a cobertura e qualidade dos mesmos, os participantes referiram que para que impere uma qualidade de vida aceitável, é necessário que os sistemas de serviços sociais sejam funcionais, o que não acontece. A falta de estratégias de desenvolvimento dos serviços sociais, aliada às condições obsoletas e reduzidas das infraestruturas actuais, são algumas das causas principais da má qualidade dos mesmos, segundo os participantes.

Haveria uma forte centralização dos serviços sociais e nenhuma participação dos cidadãos na sua concepção e desenvolvimento, quando nas questões de prestação de serviços sociais, é extremamente importante o papel participativo dos cidadãos. A participação popular na gestão social é, além de outras coisas, um problema cultural. Por outro lado, foi referido que a grande inoperância dos instrumentos de justiça, é um factor que desestabiliza o desenvolvimento dos serviços sociais.

Na sequência das percepções anteriores foi colocada a questão sobre como se poderia aproximar o cidadão das instituições, por forma a que os primeiros possam expressar os seus pontos de vista e o processo de retorno da informação possa alimentar mudanças na gestão dos serviços. Em resposta, os participantes, consideraram que os cidadãos tem a obrigação de participar mediante o pagamento



A sustentabilidade de qualquer sistema de provisão de serviços está fortemente dependente da capacidade do seu financiamento, de forma regular e a baixo custo. A maximização do bem estar do cidadão que beneficia desses bens públicos, deve ser feita com base em baixos custos.

Os participantes acharam que os responsáveis dos serviços sociais não tinham noção da sua importância, da abrangência de serviços, papel das comunidades e da família, na realização dos serviços sociais. Houve a percepção entre os participantes, de que haveria uma total anarquia na prestação dos serviços sociais. Ainda segundo eles, não parecia existir

de impostos. Já deveria existir um determinado nível de participação dos cidadãos no financiamento dos serviços sociais. O problema coloca-se em saber qual o destino dos impostos. Noutros países onde a sociedade tem um outro nível de desenvolvimento, o Estado não assume toda a responsabilidade pelos serviços sociais, já que os cidadãos contribuem para o efeito. O grave problema que preocupava os participantes, seria o destino do dinheiro que o Estado disponibiliza para o desenvolvimento dos serviços sociais proveniente dos impostos, sendo desejável que os cidadãos tenham um suficiente conhecimento dos destinos das despesas financiadas pelos impostos.

As conclusões do seminário seguem-se:

- \* Necessidade de reestruturação da Administração Pública com descentralização efectiva (alocação de recursos) sob critérios de complementaridade, garantindo o Estado a função de regulação e supervisão;
- \* O Estado deveria garantir acções de fomento para o desenvolvimento dos serviços sociais;
- \* Necessidade de adequar o sistema legislativo à dinâmica do novo contexto;
- \* Estimulo à gestão participativa, de maneira que as políticas públicas sejam definidas e implementadas numa perspectiva de incentivo à participação dos cidadãos;
- \* O cidadão deve participar com impostos, através de pagamentos directos dos serviços públicos. Em contrapartida, deverá ter direito a exigir serviços de qualidade. Observando-se que há funcionários públicos que praticam “auto-imposto” as autoridades devem agir através da correcção das políticas salariais;
- \* Os empresários e os cidadãos devem contribuir, de forma transparente, através do tesouro público, sendo admissível a consignação de receitas às

regiões onde se exploram recursos minerais;

- \* É preciso incrementar a gestão pública, o seu papel regulador e fiscalizador, de maneira a atingir uma melhoria da qualidade dos serviços e a contribuição dos beneficiários no respectivo financiamento.

---

### 4.1.3. Financiamento sustentável do desenvolvimento humano

Este assunto constituiu o tema do terceiro workshop, onde se pretendeu perceber quais os mecanismos de financiamento sustentável do desenvolvimento humano. Uma das grandes questões da actualidade, tem sido o uso dos rendimentos do petróleo. Há quem advogue que esses rendimentos deveriam ser canalizados mais fortemente para os sectores sociais.

A importância do tema em discussão reside nas características particulares da economia angolana, com um sector de exploração mineira, de capital intensivo, e o resto da economia, com muito baixa produtividade, incapaz de gerar rendimentos e riqueza suficientes para cobrir as necessidades de investimento de reposição, resultantes do crescimento populacional e do desgaste físico e moral das infraestruturas e equipamentos produtivos, assim como de cobrir as necessidades básicas de toda a população. Estas necessidades fundamentais foram, no passado largamente satisfeitas pelo recurso à importação, com rendimentos provenientes do sector de exploração mineira. A predominância do sector mineiro, especialmente petróleo, na economia, é comprovada pela elevada participação no PIB, rondando os 50%, nas receitas em divisas (superiores a 90% do total) e nas receitas tributárias para o OGE que para 2001 foram estimadas em 35,7%. Se for adoptado um modelo de crescimento endógeno, assume-se como crucial a orientação das receitas provenientes dos recursos de Angola para financiamento de



acções de desenvolvimento económico e social e, em particular, do capital humano .

As questões centrais que serviram de suporte à discussão foram as seguintes:

- \* Que papel podem jogar os rendimentos do petróleo no suporte ao desenvolvimento humano sustentável?
- \* Como se pode financiar de forma sustentável o desenvolvimento do capital humano, em particular a educação primária?
- \* Como promover o acesso ao micro crédito, a micro e pequenos empresários?
- \* Como a revisão da lei da propriedade da terra em Angola e a privatização do imobiliário público, podem desencadear um processo de capitalização da população Angolana?
- \* Como pode o Estado financiar o desenvolvimento rural e a reintegração de milhares de deslocados de guerra?

No caso concreto de Angola, os participantes tinham a percepção que o problema essencial não tem sido a falta de recursos financeiros e, pelo contrário, em certos casos, o seu excesso, na medida em que a economia petrolífera, à semelhança do que acontece com outros países onde o petróleo impera, injecta demasiado dinheiro relativamente à capacidade de o utilizar para acções de desenvolvimento. Foi lembrada a célebre máxima chinesa de que o importante é ensinar a pescar e não dar o peixe, tendo sido levantada a questão da gestão dos fundos provenientes do petróleo. Entram todos no OGE?; Servem para a construção de escolas? Serão as receitas provenientes da exportação de petróleo depositadas em bancos nacionais, no interior do País?; Ou, pelo contrário, as receitas são usadas para comprar bens de consumo, para pagar bolsas de estudo no exterior e, para melhorar a situação de reservas em sistemas bancários estrangeiros?

Os participantes, constataram que de facto

as empresas petrolíferas estão dentro, mas FORA de Angola, na medida em que dão pouco emprego a angolanos, directa e indirectamente, através de aquisições que poderiam fazer no País; depositam as receitas no exterior; contratam especialistas e técnicos no exterior e portanto, praticamente, não criam efeitos multiplicadores na economia nem contribuem, realmente, para a criação e fortalecimento da economia nacional, do aumento da produção e do emprego, sendo inversamente, uma forte via para inflacionar o custo de vida local.

Haverá que evitar a delapidação desses recursos, não os esgotar a curto prazo e para isso, seria necessário rever a situação legal excepcional de que a actividade petrolífera tem vindo a beneficiar. Seria urgente garantir, e legislar, para que o dinheiro proveniente do petróleo, entre no sistema bancário e creditício nacional, de forma a criar efeitos de propagação económica e social, benéficos para as gerações actuais e futuras de Angola.

Assim, considerando que o petróleo é um recurso não renovável, considerou-se que Angola deveria fazer um esforço para que:

- \* O petróleo sirva, principalmente, para garantir as necessidades de acumulação e, em particular, a formação do homem angolano nas condições mais racionais possíveis, como sejam a garantia da educação com qualidade no país. Os recursos do petróleo devem servir, primordialmente, para a EDUCAÇÃO, acompanhada da formação profissional e acções de pesquisa e desenvolvimento de progresso técnico apoiando, especialmente, as pessoas mais dotadas;
- \* Poder-se-ia, à semelhança do que fazem outros países (por exemplo, a Noruega), criar um Fundo destinado, exclusivamente, à capitalização, de forma a garantir que as futuras gerações possam

*Os recursos do petróleo devem servir, primordialmente, para a EDUCAÇÃO, acompanhada da formação profissional e acções de pesquisa e desenvolvimento de progresso técnico apoiando, especialmente, as pessoas mais dotadas.*

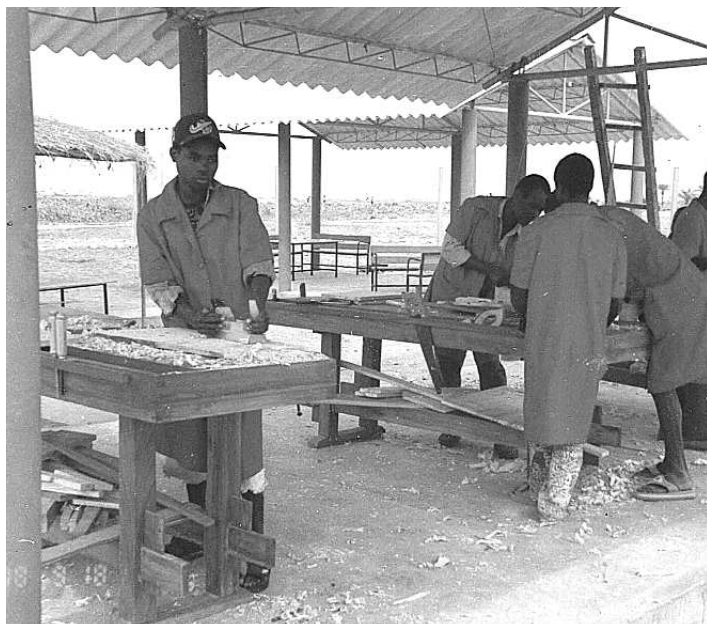
beneficiar dos resultados da extração e exportação deste recurso;

O desenvolvimento do capital humano, em particular, a educação primária recebeu a opinião unânime dos participantes. Atenção à reforma do sistema de ensino, adequando-o ao meio em que se insere a criança, deveria ser tida em conta. Dever-se-ia dar especial atenção à formação de professores, considerando que a relação Professor-Escola constitui um importante factor de desenvolvimento da comunidade e considerar, por outro lado, que a educação integral da criança deveria envolver, obrigatoriamente, a própria família. Só o desenvolvimento do Homem garante o desenvolvimento da sociedade e por isso, além do ensino das questões científicas e técnicas também é necessário transmitir às crianças, conhecimentos que lhes permitam tornarem-se homens e mulheres íntegros, como por exemplo: higiene, cuidados de saúde, criação de animais, educação moral, melhor alimentação, hábitos de convivência e solidariedade social.

A formação profissional deveria igualmente ser estimulada e a criação de centros para o efeito. No meio rural, deveriam ser erguidas escolas de formação técnica profissional. Ao ensino superior, deveria ser garantida qualidade e exigência no acesso e frequência das universidades, sendo urgente reformular todo o sistema de bolsas de estudo, reorientando os meios para o interior do País, com as consequentes vantagens de se pouparem recursos. Por outro lado, seria necessário atender aos professores, garantindo a sua boa formação. Igualmente, a urgência na implantação de sistemas de aconselhamento, de forma a valorizar as profissões de todos os níveis e, não apenas o nível superior.

Relativamente ao micro crédito, dever-se-á distinguir aquele que se refere ao meio rural, tendo sido referido a experiência da “extensão rural” onde os créditos eram acompanhados de assistência técnica, meios técnicos e transmissão de tecnologia. O micro crédito exige infraestruturas pesadas e de elevados custos, pelo que o Estado deve apoiar com subsídios; fundos de fomento; estruturas de apoio técnico; especialistas. Os bancos poderiam actuar

como “grossistas” de empréstimos a entidades que usariam os fundos em sistemas de micro crédito. O Estado deveria apoiar todo este processo ao mesmo tempo que o envolvimento directo das comunidades, seria importante para o sucesso dos projectos.



A questão da lei da terra foi considerada de extrema importância, porque se trata de um recurso extremamente limitado e esgotável. Se a Lei da terra não fôr elaborada tendo em conta o desenvolvimento futuro, poderá gerar graves problemas económicos e sociais. Apesar de necessária seria importante esperar mais algum tempo até aprovar a lei de terras garantindo, entretanto, o uso de longo prazo por forma a garantir a obtenção de créditos. Na opinião dos participantes, as comunidades rurais precisam de grandes extensões de terra, devido ao sistema de pousio (deve ter-se em conta que as terras aráveis são muito escassas). Por outro lado, o direito de propriedade deve ser respeitado (direito consuetudinário), pelo que dever-se-ia estabelecer limites para a propriedade da terra e, garantir o seu aproveitamento àqueles que reivindicam a posse e uso. No caso específico da criação de gado, ela ainda exige maior extensão de terreno, devendo ser garantidos os direitos de acesso à água, pelas populações e pelo gado.

Seria urgente elaborar os cadastros das terras. Isto iria permitir aos portadores de títulos das terras, usar a terra como garantia na obtenção de meios financeiros. Identificados a ausência de mecanismos legais que garantam aos investidores a segurança dos seus investimentos, o actual projecto de lei de terras não teria suficiente profundidade para ser aprovado de imediato, segundo alguns dos participantes, pelo que deveria ser alvo de um amplo debate. Enquanto a lei não fosse aprovada, deveriam ser concedidas garantias de concessão a prazo.

Quanto à privatização do imobiliário público seria urgente rever, agilizar e pôr ordem, nas formas de legalização do património imobiliário, sobretudo em Luanda, onde a situação é mais morosa. Sugeriu-se a aplicação do princípio da “Renda resolúvel”. Já sobre o património ligado às empresas, este deveria ser entregue a quem provar ter capacidade empresarial e financeira para gerar riqueza. Do mesmo modo, deveriam ser dadas garantias aos trabalhadores, através da aquisição de “quotas”, garantidas por títulos.

Sobre como o Estado pode financiar o desenvolvimento rural e a reintegração de milhares de deslocados de guerra, os participantes referiram que a questão dos deslocados era muito sensível e delicada, pelo que deveria ser atendida rapidamente, uma vez se tratarem de famílias a quem falta tudo. Como minimizar as carências? Através da concessão de meios de produção como: catanas, animais de tracção e de criação, enxadas, sementes, etc. Embora este problema tenha sido considerado temporário, é necessário dar-lhe a devida atenção com apoio directo, comida pelo trabalho e criação de condições de estabilidade, segurança, desminagem, campanhas de reeducação. Se os deslocados ganharem novas casas, novos empregos, não quererão regressar às cidades. Foi sugerida a aplicação de um Quadro Legal de Incentivos às empresas que apoiem as comunidades vizinhas dos respectivos empreendimentos (no caso de Angola esta iniciativa seria muito pertinente, considerando as condições especiais de extracção de recursos minerais e outros).

#### 4.1.4. Criação de um Pacto Social e Económico de Desenvolvimento

Criação de um pacto social e económico de desenvolvimento foi o tema do quarto workshop temático. A ideia central seria testar a hipótese de trabalho de que seria salutar para um país saído de um longo conflito, promover um pacto social e económico de desenvolvimento, que poderia levar à criação de um ambiente institucional e político favorável ao desenvolvimento humano sustentável. O desenvolvimento humano sustentável prevê a existência de um conjunto de pressupostos de vária índole, tendo como denominador comum a característica de promover a estabilidade política, institucional e social.

\* No caso concreto de Angola saída de um conflito prolongado, faria sentido falar da necessidade de um pacto de estabilidade política institucional?

\* Que mecanismos poderiam ser utilizados para a promoção de uma maior estabilidade político e institucional futuras?

\* Que factores de risco podem ser antecipados que possam pôr em causa a coesão e paz social? Como reduzir os níveis de instabilidade actuais e futuros? Os reflexões à esta questão foram já apresentados sob forma de caixa, no capítulo 1 (ver Caixa 1).

*O primado das leis e o seu cumprimento rigoroso, em particular da Constituição, deve regular toda a vida político - institucional do País.*

\* Por outro lado, as elites, partidos políticos, igrejas, media e exército, são agentes e canais que promovem a criação de estabilidade ou instabilidade político e institucional. Os seus produtos e resultados das suas acções, moldam a consciência colectiva e o modus operandi da sociedade. Que papel podem as elites jogar para o desenvolvimento de uma cultura de respeito e reconciliação nacionais?

\* Os media podem funcionar como factor de estabilidade ou de instabilidade na formação da consciência política e pública?

\* Qual o papel dos partidos políticos na criação de uma maior estabilidade política e institucional? Ao redor destas questões centrais se desenrolou o debate cujas reflexões se apresentam a seguir.

O debate neste workshop temático se desenrolou a volta destas questões e as principais reflexões são apresentadas a seguir:

*A estabilidade político-social, é fruto do funcionamento das instituições e da afirmação do poder do Estado. O que se tem verificado, é que o Estado se tem demitido da sua função reguladora da sociedade e mesmo, do exercício do poder ao nível do quotidiano, permitindo a desregulamentação da vida social.*

Sobre a necessidade da criação de um pacto de estabilidade político institucional, as opiniões giraram à volta da utilidade e período de duração de um pacto desta natureza. Referiu-se que um pacto deste tipo só poderia ser de muito curta duração e servir para um objectivo concreto e de alcance imediato. Nunca para promover a génese e fortalecimento das instituições ou garantir a sua estabilidade. O primado das leis e o seu cumprimento rigoroso, em particular da Constituição, deve regular toda a vida político-institucional do País, segundo os participantes. Considerou-se mesmo que já existe esse pacto, consubstanciado nos 17 princípios já aprovados pelo Parlamento, que darão forma à futura Constituição e irão modelar toda a vida futura da Nação. Referiu-se que outras contribuições vindas da sociologia, da antropologia ou mesmo do jogo político, não acrescentam nada de importante, nem aportariam qualquer novidade, pois a solução é, principalmente, técnica e passa pelo cumprimento rigoroso do quadro legal e aplicação estrita das sanções aos que dele se afastem. Foi referido que um pacto económico e social de desenvolvimento, para além de uma utopia e surrealismo políti-

co comporta perigos para o multipartidarismo, pois, subentende uma única opção política, ou mesmo a ausência de partidos. De igual modo, haveria muita dificuldade em verificar o cumprimento desse pacto, tendo em conta o que se passa com o memorando de entendimento que, apesar de ser menos abrangente, exige um mecanismo de verificação complexo, o qual, no caso de um pacto económico e social de desenvolvimento, seria de aplicação duvidosa. Ficou marcada a posição de recusa dos participantes a esta proposição. O funcionamento das instituições deve pautar-se pela legalidade e isso deve ser o suficiente para criar estabilidade e resolver os problemas sociais. O voto popular deveria garantir a aprovação deste pressuposto.

Em suma, poderá afirmar-se que o embrião do pacto social e económico de desenvolvimento já existe e está consubstanciado na relativa trégua política que se vive, postergando as batalhas eleitorais para mais tarde, no sindicalismo de baixa intensidade que apenas oferece movimentos reivindicativos episódicos - quando a situação salarial é caótica - na acalmia e aceitação civil das diferentes atitudes das autoridades, por vezes lesivas dos interesses e direitos individuais. Não está escrito, mas é implícito no comportamento da sociedade, no funcionamento do Governo de Unidade e Reconciliação Nacional -GURN-, na expectativa geral de que é possível reconstruir o País e assumir o espaço a que cada um tem direito.

Em relação aos possíveis mecanismos a utilizar para a promoção de uma maior estabilidade político e institucional futuras, a ideia que ficou reflectida nos debates, é a de que a estabilidade político-social, é fruto do funcionamento das instituições e da afirmação do poder do Estado. O que se tem verificado, é que o Estado se tem demitido da sua função reguladora da sociedade e mesmo, do exercício do poder ao nível do quotidiano, permitindo a desregulamentação da vida social - cada um faz o que lhe apetece - provocando a instabilidade. Para colmatar esta situação, é necessário que as instituições cumpram os seus papéis.

O mecanismo fundamental para a promoção da estabilidade política e institucional, é a assumpção plena do exercício do poder por parte do Estado. Foi também referido, que para a existência de uma estabilidade real, seria importante a igualdade de oportunidades para cada cidadão, o que é difícil quando as instituições não funcionam. Os desvios de fundos públicos, não são investigados até às últimas consequências, o enriquecimento súbito não é questionado - a própria educação do cidadão e da classe dirigente, para o uso racional dos bens e espaços colectivos, é função da qualidade das instituições.

Em relação ao papel que papel as elites podem jogar para o desenvolvimento de uma cultura de respeito e reconciliação nacionais, a discussão recaiu na dúvida se, estas elites, realmente existiam e moldavam a opinião da sociedade. Criadas durante o sistema monopartidário, hoje não têm quem as siga. Parte delas extinguiu-se com o regime. Os que se apresentam hoje como elites, não se destacam por nada de especial. Líderes e governantes não são encarados como elites, por não apresentarem propostas que interessem ao cidadão comum, segundo alguns dos participantes.

*As elites devem transmitir valores educativos patrióticos e ser exemplo para os demais. Elites que não transmitem a cultura do trabalho, mas a do “esquema”, darão a entender que só como “mafiosos” é possível sobreviver.*

As elites devem transmitir valores educativos patrióticos e ser exemplo para os demais. Elites que não transmitam a cultura do trabalho, mas a do “esquema”, darão a entender que só como “mafiosos” é possível sobreviver. As elites tradicionais que, anteriormente,

resolviam muitos assuntos localmente, hoje deixaram, praticamente, de exercer esse papel que passou para o Estado, verificando-se também dificuldade em cumprir o seu papel de educadores e de transmissores dos valores da sociedade.

Sobre as questão se os media podem funcionar como factor de estabilidade ou de instabilidade na formação da consciência política e

pública, os participantes consideraram que, os media respondem, cada vez mais, aos interesses dos seus proprietários, defendem os interesses sócio-económicos dos seus financiadores, reflectido na forma como abordam matérias por vezes sensíveis, de uma forma parcial e que chega a chocar a opinião pública, criando instabilidade. É importante que os jornalistas elevem o seu nível e se habituem a consultar os especialistas, quando tratarem de matérias de carácter técnico. Muitas vezes, as pessoas são levadas a acreditar naqueles que se exprimem melhor em detrimento dos que sabem mais. Mudar esse estado de coisas, é uma responsabilidade que os media não podem declinar, para se afirmarem como instrumentos de estabilidade.

*Os media respondem, cada vez mais, aos interesses dos seus proprietários, defendem os interesses sócio-económicos dos seus financiadores, reflectido na forma como abordam matérias por vezes sensíveis, de uma forma parcial e que chega a chocar a opinião pública, criando instabilidade.*

Em relação ao papel dos partidos políticos na criação de uma maior estabilidade política e institucional, os participantes consideraram que os partidos políticos respondem, igualmente, aos interesses dos detentores do poder económico. Aliás, verifica-se isto nas crises e cisões que afectam os partidos que não têm um carácter programático, mas apenas o interesse pelos valores financeiros em jogo. Pede-se uma maior responsabilidade dos diferentes partidos, como organizações que se encontram na disputa do poder e representam todos os que neles depositam confiança através do voto, afirmando-se assim como factores de estabilidade político-social.

Por outro lado, outros organismos da sociedade civil, escamoteiam o objecto para que foram criados e, parecem vocacionados apenas para gerar valores e lucros, muitas vezes por meios ilícitos, constituindo um forte factor de instabilidade. Requer-se transparência na actuação destes órgãos representativos dos mais diversos interesses, segundo alguns dos participantes.

### 4.1.5 A Família, Mulher, Criança e VIH/SIDA

A família, a mulher, a criança e o VIH/SIDA foram os elementos que constituíram o tema central do quinto workshop, que tinha por objectivo entre outros, relacionar o perigo que representa para o desenvolvimento humano o VIH/SIDA. O desenvolvimento e o futuro de qualquer sociedade depende, em grande medida, da formação e dos apoios sociais prestados à família, nomeadamente, no domínio da educação, da saúde, pois esta, para além de constituir a base de todas as sociedades, constitui o embrião de formação das crianças, jovens e mulheres, como indivíduos, tornando-as pessoas socialmente úteis.

As questões debatidas durante este workshop temático incluíram:

- \* Em que medida o apoio ou a falta de apoio à família, às mulheres e às crianças, pode afectar o desenvolvimento humano em Angola?
- \* Que tipo de apoio deve ser prestado? e por quem?
- \* Com que problemas se debate hoje a família Angolana?
- \* Como amenizá-los ou superá-los, na fase pós conflito?

Referiu-se que um dos maiores problemas com que se debate a família Angolana é a pobreza e as deslocações - migrações, em consequência da guerra que o País viveu durante mais de trinta anos, e que, os problemas da família, eram susceptíveis de se reflectir no maior ou menor índice de desenvolvimento. Igualmente, foi referida a falta de apoio a nível dos serviços sociais, nomeadamente, educação e saúde. Foi feita uma abordagem sobre a condição da mulher e da criança na sociedade Angolana, tendo sido referido que são quem mais sofre com os problemas da família, na medida em que, grande parte das famílias Angolanas são chefiadas por mulheres, mas estas acabam por ser discriminadas, por

causa dos costumes existentes que aprovam a submissão e subordinação das mulheres aos homens e favorecem a progressão da poligamia.

Para combater os problemas com que se debate a família, os participantes propuseram uma justa distribuição da riqueza e um combate sério à pobreza, assim como a criação de postos de trabalho, centros de formação profissional e o investimento no desenvolvimento comunitário, que incluía a reparação de redes de serviços básicos, como serviços de saúde, de educação, lojas, cantinas, vias de comunicação, etc.;



Dever-se-ia dar prioridade ao fomento das condições de vida nas zonas rurais, para incentivar os camponeses a regressarem à agricultura, de forma a criar bases de sustento da população.

Em conclusão, todos os participantes concordaram, ser necessário, fortalecer a família e educá-la, criando novas mentalidades e novos hábitos, quer seja através de programas de educação, quer seja através da criação de legislação protectora da família.

A realidade social e estudos empíricos efectuados em diversos países têm mostrado que a informação sobre o VIH/SIDA e seu combate, deve começar na família, a quem deve ser propiciada informação, na medida em que se considera a prevenção como a principal forma de combate ao VIH/SIDA. Por outro lado, o tratamento aos doentes e o acesso aos medicamentos, é hoje considerado um direito

humano. Neste sentido, as questões seguintes foram dirigidas aos participantes:

- \* Como se poderá facilitar em Angola o acesso ao tratamento, e o combate à doença sem criar estigmas aos doentes?;
- \* O Estado deverá criar mecanismos para introdução no curriculum escolar a abordagem ao VIH/SIDA?;
- \* Que medidas poderão ser tomadas no domínio da saúde e da educação visando a prevenção da doença?
- \* Quem deverão ser os parceiros sociais do Estado na divulgação/informação/formação sobre os efeitos do VIH/SIDA?

Foi referido que o VIH/SIDA, constitui hoje um dos principais problemas com que se debate a família Angolana, na medida em que

*Em 1989, haviam cerca de 38.709 seropositivos enquanto que em 2001, este número passou para cerca de 523.654 seropositivos, o que representa uma subida de prevalência de 0,9% em 1989 para 8,6% em 2001, números só julgados possíveis para o ano de 2009, segundo as projecções.*

constitui uma fonte de regressão do desenvolvimento humano, pela diminuição demográfica, e redução da força de trabalho necessária para a reconstrução do país. Os números seriam assustadores, na medida em que, segundo dados estatísticos da ONUSIDA, a que os moderadores do seminário tiveram acesso, em 1989, haveriam cerca de 38.709 seropositivos enquanto que em 2001, este número passou para cerca de 523.654 seropositivos, representando uma subida de prevalência de 0,9% em 1989, para 8,6% em 2001, números só julgados possíveis para o ano de 2009, segundo as projecções.

Foram evocadas as principais causas e consequências do VIH/SIDA, tendo sido referido que as principais causas de propagação e contágio do VIH/SIDA são: a pobreza, a falta de acesso aos medicamentos, as migrações devido

à guerra e o desemprego. Outro grupo de factores seriam: o baixo nível de escolaridade e falta de formação e informação, assim como a falta de educação sexual nas escolas, prostituição infanto-juvenil, crianças deslocadas, desenraizadas e traumatizadas, elevado nível de doenças endémicas. A resistência social ao uso do preservativo, constitui também um grande factor de risco.

*Partindo da estimativa de que em 2009 deverá haver, em Angola, cerca de um milhão de pessoas infectadas, estar-se-ia diante de uma catástrofe sócio-económica, devido aos grandes custos com o tratamento, por um lado e por outro, a morte e desaparecimento de adultos, deixando milhares de crianças entregues à sua sorte, o que aumentaria as responsabilidades do Estado relativamente ao seu sustento e educação.*

As consequências da propagação do VIH/SIDA, nomeadamente, as consequências de ordem social, como a estigmatização e ostracismo dos seropositivos, foram igualmente apontadas. O VIH/SIDA tem igualmente inúmeras consequências a nível económico, nomeadamente, o aumento da mortalidade, que faz regredir o crescimento económico, na medida em que os custos com o tratamento da doença são bastante elevados, estimando-se em cerca de 18 mil dólares/pessoa/ano. Partindo da estimativa de que em 2009 deverá haver, em Angola, cerca de um milhão de pessoas infectadas, estar-se-ia diante de uma catástrofe sócio-económica, por um lado, devido aos grandes custos com o tratamento, e por outro, a morte e desaparecimento de adultos, deixando milhares de crianças entregues à sua sorte, aumentando as responsabilidades do Estado relativamente ao seu sustento e educação.

Os participantes referiram que se deve investir na prevenção da doença, de forma a evitar que mais pessoas fiquem infectadas. O VIH/SIDA não pode resumir-se a um problema de saúde pública, devendo o Estado criar programas integrados de desenvolvimento nacional, afectando parte significativa do Orçamento Geral do Estado à prevenção e tratamento da doença, de forma a não excluir do tecido social os seropositivos. Há necessi-

*Os actuais programas de prevenção são assustadores, na medida em que deveriam alertar para o perigo sem ferir a susceptibilidade de quem é seropositivo.*

que os actuais programas de prevenção são assustadores, na medida em que deveriam alertar para o perigo sem ferir a susceptibilidade de quem é seropositivo, pois normalmente dizem “A SIDA mata”, fazendo com que as pessoas infectadas criem sentimentos de vingança. Todos os participantes alertaram para a necessidade de humanização da doença, através da informação às pessoas, sugerindo inclusive que a nível do ensino básico, seja introduzida na cadeira de formação moral e cívica, informação sobre o VIH/SIDA.

Os participantes sugeriram que o Estado Angolano se candidatasse a todos os fundos mundiais que são alocados a prevenção e tratamento da doença, tendo referido, igualmente, que o Estado deve assumir as suas responsabilidades a nível do tratamento, pois o acesso à medicação é hoje considerado um direito humano. Concluiu-se que deve ser proposta a aprovação de uma lei de protecção social dos seropositivos, nomeadamente, no domínio laboral, por forma a manter a confidencialidade da doença.

Foi ainda referida a necessidade de informar sobre a doença utilizando todos os veículos possíveis, com prioridade para as mulheres, pois são elas que educam os filhos, passando-lhes as mensagens recebidas, e quanto aos homens, procurar a mudança de mentalidades, sobretudo a nível dos costumes, utilizando para sua sensibilização os sobas das aldeias e os promotores de saúde que devem educar toda a população, sensibilizando-as para o perigo de contraírem a doença. Foi apresentado como exemplo de formação e informação sobre a doença, o projecto JIRO, constituído por jovens das igrejas que criam grupos de conversação com outros jovens e fazem palestras alertando para o perigo do VIH/SIDA, e que necessitam de apoio financeiro do Estado para prosseguir com tal actividade.

dade de educar as pessoas para o perigo que representa a doença, de forma a serem engajados todos os actores sociais na prevenção e no combate à doença. Foi sugerido, igualmente,

## Caixa 7 - O que fica para as Mulheres Angolanas como resultado do conflito?

Parece oportuno questionar o que fica para as mulheres angolanas como resultado do conflito, considerando que a sua trajectória, como soldados, líderes, activistas, sobreviventes e vítimas de um dos conflitos mais trágicos do continente africano continua a ser desconhecido. Além disso, as estatísticas sobre o número de mulheres envolvidas na tomada de decisão, embora mais alto em comparação com o resto do continente, está em contradição com o posicionamento das mulheres na sociedade angolana.

As mulheres angolanas têm estado em negociação constante com as lideranças, com o objectivo de serem ouvidas e, para que as suas preocupações sejam integradas nas políticas do governo. As realizações mais significativas para a integração de assuntos de género, promovidas pela Organização da Mulher Angolana (OMA), aconteceu nos anos 80 com a introdução do Código de Família e a formulação e implementação de uma política de provisão de serviços do Planeamento Familiar para as mulheres. Porém, a realidade é que a maioria das mulheres ainda luta para que os seus direitos sejam respeitados. Dois exemplos, são a questão do direito à herança e o apoio à crianças de mães soleiras. Estes assuntos, apesar da sua inclusão em políticas e reformas, não estão a ser respeitados, e o governo não tem capacidade para assegurar que as providências estipuladas sejam, suficientemente, conhecidas. Contra este quadro, os longos anos de conflito, trouxeram muitas consequências negativas na população angolana e nas mulheres, em particular, para além de parecer que o governo tem falhado no direccionamento do papel das mulheres angolanas e na transformação das relações de género.

Por exemplo, as organizações de mulheres em Angola, sofrem de uma falta de capacidade, influência e coordenação. Muitas estão desfocalizadas nos seus papéis e objectivos e, reflectem uma fraqueza mais geral a nível da sociedade civil angolana, ligada ao clima



político. Apesar de, em algumas áreas, as ONGs serem os únicos provedores de serviços à comunidade, as organizações femininas tiveram pequena influência em políticas que poderiam melhorar a vida das mulheres. A troca de informação, a coordenação e o trabalho em rede entre as diferentes organizações, interessadas em promover os direitos das mulheres e os assuntos de género estão limitados, o que torna difícil descobrir que trabalho está a ser feito nas províncias.

Uma das razões por que tem falhado a união das mulheres, é que a guerra não significou o mesmo para todas elas. As mulheres usaram uma variedade de meios para sobreviver e, a realidade social da mulher urbana, não foi a mesma que a da mulher rural. Os recursos para a sobrevivência eram claramente dependentes do contexto no qual as mulheres viveram. Porém, os danos da guerra afectaram de maneira igual tanto as áreas urbanas como as rurais e, até certo ponto, o ambiente social e económico nas áreas urbanas, pode ter sido mais hostil devido à alta taxa de urbanização e à degradação dos serviços sociais e esquemas de sobrevivência.

O posicionamento da mulher angolana hoje, deu passos atrás em várias direcções. As mulheres estão, sem dúvida, entre as maiores vítimas do conflito civil. As políticas governamentais, separaram claramente os assuntos das mulheres, da principal agenda do Governo. Adicionalmente, as mulheres envolvidas na tomada de decisão nacional, estão separadas da maioria das mulheres ordinárias, por estilo de vida, classe e programas de trabalho.

Como tal, a questão sobre como pressionar o Governo Angolano para começar a olhar para homens e mulheres de maneira igual na sua política de género, permanece. Novamente, parece que a pressão poderá vir daqueles que mais sofrem a falta de equidade de género, no Governo e nos centros de decisão, do que dos decisores propriamente ditos..

Até que ponto pode-se falar de política de género e equilíbrio, num ambiente onde as disparidades sociais são as únicas referências para as novas gerações?

A especificidade do género no conflito civil, é muito aparente e sua análise deveria ser imperativa por muitas razões. Realmente, as experiências de conflito de homens, mulheres e crianças podem prover um entendimento mais profundo de como as pessoas reagem e se adaptam a situações novas e o modo pelo qual a política adequada ao género deveria atingir os diferentes grupos.

A primeira acção, deveria começar com a garantia plena de que as mulheres participarão activamente na reconstrução do país e, que a paz construída em Angola não deveria cingir-se a assuntos do homem.

Uma maneira de começar a caminhar nessa direcção, pode ser o exame do conflito, a partir de uma base do género e, numa perspectiva de desenvolvimento. Isto envolve traduzir uma análise de género da situação de pós conflito, numa política e prática. Isto poderia criar uma participação mais forte de mulheres, em todas as esferas de sociedade.

Em resumo, os principais desafios/questões que deveriam ser enfrentados imediatamente, para assegurar um maior equilíbrio nas relações de género, além de abrirem caminho para uma maior igualdade entre homens e mulheres como resultado de conflito, são como segue:

- \* A introdução dos direitos humanos e de assuntos de género, no debate e acção, em questões de VIH/SIDA;
- \* Sensibilização em violência doméstica e atitudes circunvizinhas;
- \* Mobilização de recursos, para aumentar o número de mulheres na esfera política e tomada de decisão;
- \* Mobilização de recursos, para fortalecer a capacidade das organizações de mulheres, para implementar actividades e política de influência.

### 4.1.6. Provisão de justiça e Desenvolvimento Humano

Este foi o tema abordado durante o sexto workshop temático, que ficou estruturado ao redor de 4 sub-temas:

- \* Como a protecção dos direitos de propriedade (ex. lei das terras, acesso a títulos de propriedade de habitação urbana, etc.) tem afectado e poderá afectar, no futuro, o desenvolvimento humano em Angola?
- \* Quais os problemas principais com que se debate a implementação da justiça em Angola? Quem tem a responsabilidade social e funcional na sua resolução? Quais são as áreas na provisão de justiça mais deficitárias e se possível proceder à sua priorização? Que grupos sociais são mais vitimados pelos actuais níveis de deficiência? Qual o papel das autoridades tradicionais no contexto da provisão de justiça em Angola?
- \* Num contexto de transição pós-conflito com as características de Angola pode-se assumir que a provisão de justiça em termos de qualidade e abrangência (justiça a que todo o cidadão pode aceder) pode jogar um papel importante em termos de reconciliação nacional, redução e prevenção de conflitos? Se a afirmação anterior tem alguma consistência como isso poderia ter lugar em Angola? Que mecanismos, actores e estratégias? Como promover o acesso da justiça a um nível mais próximo do beneficiário?
- \* O acesso à informação para o desenvolvimento constitui uma das características básicas do paradigma de desenvolvimento humano. A ideia central é que a informação gera formação, conhecimento e em última análise a promoção do capital humano. Considera que exista no país uma política de popularização da lei e dos mecanismos de justiça? Que actores governamentais

poderiam e já jogam um papel relevante nos processos de popularização da justiça?

Segundo os participantes a justiça é um problema de todos, porque é um fenómeno universal que toca toda a sociedade e que através dela, se garante a aplicação do princípio de igualdade de todos os cidadãos perante a lei.

O mau funcionamento da justiça, seria gerador de muitos conflitos sociais. Na actualidade, o nível da administração da justiça no país é baixo, embora comecem a surgir alguns exemplos de que os tribunais começam a actuar com independência, face ao poder político.

No país, os tribunais e o resto das instituições, não estão preparadas para enfrentar o volume de conflitos que se vão gerar à volta da aplicação da Lei da Terra, se a proposta em discussão pública for aprovada sem profundas alterações. O conteúdo da proposta de Lei da Terra, em debate, não apresenta suficientes garantias de justiça para os conflitos que se avizinham, já que os conflitos no campo, são muito sensíveis e complexos. Seria necessário prever e garantir a criação de mecanismos de solução dos conflitos. Partindo do conceito de que a propriedade é um complexo problema estrutural da sociedade e, condição “sine qua non” para o desenvolvimento humano, é preciso que o Estado garanta direito à propriedade sem os atropelos actuais, que geram o descrédito dos cidadãos.

Em geral, não existe uma clarificação dos títulos de propriedade, havendo exemplos de propriedades que têm dois ou mais titulares, o que gera uma conflitualidade a que, por outro lado, os Tribunais não têm capacidade de resposta atempada. A ineficiência dos Tribunais na administração da justiça, leva os cidadãos a recorrerem a outras instituições, como a Polícia, para encontrar solução para os conflitos. O complexo problema das construções de vivendas nos arredores da cidade de Luanda, em condições de caos e arbitrariedade urbanística é uma amostra de que não há mecanismos básicos para administração da justiça. Seria preciso resolver o grave problema da con-

strução e propriedade das vivendas.

A Lei do Condomínio, também precisaria de ser aprovada e rapidamente implementada, segundo os participantes. O País não possuiria um registo predial nem cadastro, como mecanismos básicos para regular a funcionalidade da propriedade como instituição jurídica, o que constitui um entrave à realização de investimentos.

Um dos dramas relativos á provisão da Justiça tem sido que muitas das vezes a lei é clara sobre os direitos mas a sua aplicação é mediocre ficando aquém das expectativas do cidadão. Por isso, em resposta as questões sobre quais eram os principais problemas na implementação da justiça no país, quem tinha a responsabilidade social e funcional na sua resolução, os participantes consideraram ser uma condição básica, que o Governo garanta uma independência total da administração da justiça. Mais, é essencial compreender, profundamente, que sem justiça não haverá verdadeira paz. Não se pode falar de “justiça acima de tudo”, porque é necessário também ter paz e desenvolvimento humano, uma vez que tudo isto condiciona a conflitualidade.

A administração da justiça depende de muitos factores: económicos, culturais, educa-

*O processo de movimentação das populações rurais para as cidades provoca uma mistura de hábitos, costumes e tradições entre rurais e urbanos, de tal forma, que é necessário respeitar e cuidar dos valores daqueles que chegam, pois, muitos desses valores podem ser úteis para o aperfeiçoamento da administração da justiça.*

cionais e outros, que determinam as condições locais da administração da justiça. Ainda, segundo os participantes, haveria muitos condicionais na administração da justiça como os orçamentos, a formação de peritos, especialistas, trabalhadores qualificados, etc..

A protecção da justiça é um problema que deveria ser resolvido, pelo que seria necessário criar as condições básicas para que a justiça possa funcionar; que as pessoas possam sentir-se actores directos da administração da justiça

e, dessa forma, participar do processo de desenvolvimento humano.

Segundo os participantes, actualmente não haveria prestígio generalizado da autoridade dos Tribunais. Existiria uma profunda diferença entre as províncias, onde os edifícios em que



os Tribunais funcionam inspiram respeito e autoridade aos cidadãos. Mas, em Luanda, isso não acontece, pois os edifícios não inspirem respeito nem autoridade. Como consequência da exiguidade dos orçamentos, os Tribunais têm muitas limitações materiais e humanas que também são condicionantes à administração da justiça.

Ainda não haveria uma correcta funcionalidade do Tribunal Constitucional, porque se produzem processos legais por executivos e instituições governamentais, que violam os princípios e as normas da constitucionalidade. É necessário que se garanta uma maior proximidade do Tribunal Constitucional e do Tribunal de Contas ao Parlamento, ao Estado e ao Governo, segundo alguns dos participantes.

Em relação a solicitação para identificação e priorização das áreas de provisão de justiça mais deficitárias, bem como a questão sobre quais grupos sociais eram mais vitimados pelos actuais déficits na prestação da justiça, os participantes referiram que não seria possível correlacionar o nível da administração e acesso da justiça a grupos sociais específicos, pois, a justiça é um fenómeno universal que afecta

todos os cidadãos.

Na opinião de alguns dos participantes, a administração da justiça é, essencialmente, um problema político. Não há justiça se não houver boas leis, mas na maioria das vezes, as leis são feitas pelo Parlamento sob proposta do Governo. Portanto, a justiça é um assunto eminentemente político. A política é que decide a justiça em última análise. Mas, infelizmente, no país não é assim que funciona. Alguns políticos parecem ter medo da justiça e, para manter o poder, lutam para que a administração da justiça fique sob o seu controlo. Não é prestigiante para os políticos que os tribunais revoguem as suas decisões, porque isso pode fazer transparecer a incapacidade do Estado de governar. Na sociedade angolana, há vários exemplos em que os Tribunais revogam as decisões do Governo.

*A difusão das leis pelo Governo é muito cara, sendo o acesso ao “Diário da República”, um bom exemplo de que as publicações não estariam ao alcance do cidadão comum.*

O nível de participação dos diferentes grupos sociais nas deliberações dos fundamentos das leis é quase nulo, em particular, de grupos mais marginalizados. Na opinião dos participantes, deve-se trabalhar no sentido da sua inclusão na administração da justiça.

Os participantes consideraram que a administração da justiça só teria lugar na capital, porque realmente, há muitos lugares nas províncias, nos municípios e nas comunas, onde as leis e os profissionais da justiça não chegam. Por outro lado, não há uma correspondência entre as infra-estruturas da administração da justiça e a realidade das populações. Como exemplo, foi apontado o caso do município do Cazenga, em Luanda, onde antes da guerra moravam ao redor de 100 mil pessoas e agora teria mais de um milhão de moradores. A capacidade das estruturas da administração da justiça local, não sofreram alguma alteração para acompanhar o crescimento populacional do município.

Sobre o papel das autoridades tradicionais no contexto da provisão de justiça em Angola, os participantes consideraram que nas áreas

onde a administração da justiça moderna não se faz sentir, o poder tradicional exerce a sua função social de justiça através do direito costumeiro. Nas condições actuais do país, estimular e apoiar a administração da justiça tradicional, actuando em conformidade com a administração da justiça moderna seria uma proposta válida. O processo de movimentação das populações rurais para as cidades provoca uma mistura de hábitos, costumes e tradições entre rurais e urbanos, de tal forma, que é necessário respeitar e cuidar dos valores daqueles que chegam, pois, muitos desses valores podem ser úteis para o aperfeiçoamento da administração da justiça. Segundo alguns dos participantes, não seria possível afastar a administração da justiça tradicional, dos complexos e sensíveis problemas da sociedade.

Outra questão levantada pelos participantes, foi o acesso à informação sobre a legislação. Infelizmente, a difusão das leis pelo Governo é muito cara, sendo o acesso ao “Diário da República”, um bom exemplo de que as publicações não estariam ao alcance do cidadão comum.

Sobre a questão segundo a qual a provisão de justiça, num quadro de transição pós-conflito, poderia jogar um papel importante no processo de reconciliação nacional, particularmente, na prevenção e resolução de conflitos, alguns dos participantes consideraram a justiça como um mecanismo fundamental para resolver os conflitos do processo da reconciliação nacional. No entanto, consideraram uma vez mais, que alguns políticos continuam a tentar ficar acima da administração da justiça. O impacto sociológico de tantos anos de guerra ainda se mantém e, por isso, as pessoas continuam a pensar que fora de Luanda ainda não terminou o conflito bélico. Alguns dos participantes consideraram que a amnistia é uma necessidade no plano internacional, mas que, internamente, existem crimes cujo perdão deverá ser objecto de uma disposição tácita, mas não pública.

Sobre a existência ou não, no país, de uma política de popularização da lei e dos mecanismos de justiça, por um lado e por outro, sobre quais os actores governamentais que jogam ou

*Infelizmente, parece existir uma tendência para economizar na administração da justiça, o que seria um erro, pois não se pode poupar naquilo que deve estar ao alcance dos cidadãos comuns.*

poderiam jogar um papel relevante nestes processos de popularização da justiça, os participantes ao seminário, estimam que dentro dos mecanismos básicos da administração da justiça estariam a educação, em geral, e jurídica, em

particular, das pessoas. Elas seriam a base para o desenvolvimento do princípio de liberdade e democracia e, precisamente, o conhecimento da lei. Não é possível ser livre, quando se ignoram os direitos e deveres. Contudo, a falta de cultura jurídica no país, é uma realidade que determina que os níveis de liberdade e democracia ainda sejam praticamente nulos.

Por outro lado, alguns dos participantes consideram que o desconhecimento da lei pelas autoridades tradicionais deveria levar a que o Governo levasse a cabo um programa de informação sob a legislação moderna junto delas.

Os participantes constataram não haver uma prioridade para o desenvolvimento de factores como a educação geral e jurídica desde os níveis de ensino formal básicos na sociedade angolana, o que seria limitativo ao desenvolvimento individual da cidadania. Igualmente, foi referido não existir um asseguramento profissional e material, entre outros, para o funcionamento da administração da justiça, o que teria um impacto negativo sobre o desenvolvimento humano. Infelizmente, parece existir uma tendência para economizar na administração da justiça, o que seria um erro, pois não se pode poupar naquilo que deve estar ao alcance dos cidadãos comuns. É preciso que o Governo, estabeleça tarifas de serviços de justiça ao alcance das populações e um sistema de serviços jurídicos que permita, ao cidadão comum, dirigir-se e ter acesso à administração da justiça. Só desta forma se estaria a desenvolver uma democracia mais alargada.

Haveria, segundo alguns dos participantes, um processo de distanciamento dos Tribunais

da sociedade, sendo que o que seria necessário era justamente o contrário. Para ultrapassar isso, sugeriram a criação de Tribunais de menor instância com capacidade para a solução de conflitos ao seu nível, evitando que os pequenos processos acabem por ser protelados por dossiers ditos “mais importantes”.

Haveria na sociedade um quase total desconhecimento da verdadeira realidade da vida colectiva. Haveria uma carência de inquéritos de carácter multidisciplinar com base na jurisprudência, o que iria permitir uma orientação mais segura e actuante, sobre a transformação dessa realidade que hoje, infelizmente, se desconhece.

A divulgação da legislação, é uma necessidade imperiosa uma vez mais reforçada pelos participantes, que constataram haver um défice no domínio da prevenção jurídica. Sugeriram o recurso, pela própria justiça, aos jornalistas e órgãos de imprensa.

## 4.2. As Igrejas e as Religiões em Angola no processo de reconciliação (1975-2002)

“Etu tuana a mbuiji: xinde dimoxi”

Somos filhos da mesma mãe, comamos juntos a mesma erva: Por outras palavras, haja fraternidade e solidariedade entre os homens e mulheres, filhos de uma mesma mãe.  
(Provérbio extraído do livro *Visabu ja Kimbundu*)  
Frei Miguel Bottacin

As guerras civis que se desenvolveram no período pós-independência (1975) provocaram fortes desestabilizações sociais, económicas e políticas, transformando Angola num país vulnerável, onde um terço da sua população é constituída por deslocados de guerra, vivendo em situação de desemprego, fome e miséria absolutas.

Durante os anos 80 e 90 as Igrejas foram, frequentemente, defrontadas com os diversos desafios sociais e por isso, no exercício da sua

missão pastoral, sentiram a necessidade de intervir efectivamente no domínio do político, com os meios que lhes são próprios, isto é, a luz do Evangelho, anunciar e denunciar as realidades humanas e concretas, sobretudo no que concerne à violência provocada quer pelas guerras, quer pelas políticas neo-liberais e seus impactos na vida das populações angolanas.

O termo «Igrejas» é aqui entendido não apenas como uma simples entidade gestora da religiosidade dos seus fiéis mas, é igualmente, reconhecido e tomado como organizações soci-

*“Podemos e devemos trilhar os caminhos que levam à paz pelas sendas da força da razão e do diálogo inclusivo, da tolerância e justiça social efectiva, condições da paz que vão para além do calar das armas” (D. Zacarias Kamuenho).*

ais portadoras de discursos e práticas específicas sobre os problemas que afligem a sociedade e a forma de os solucionar. É portanto, na perspectiva de comunidades orgânicas de homens e mulheres, jovens e velhos que as Igrejas, na sua mensagem

começaram a desenvolver temas como a libertação, o perdão das ofensas, a reconciliação das consciências e de pacificação das mentes e ainda a falar sobre as questões dos direitos humanos.

Para uma melhor percepção do empenhamento das Igrejas no cenário socio-político, é necessário recordar que Angola depois da sua independência, adoptou como ideologia política o marxismo leninismo, o qual defendia o axioma revolucionário “a religião é o ópio do povo”. Nesta perspectiva, até aos princípios da década 80, havia um certo distanciamento entre o Estado laico e as Igrejas que actuavam no campo social e espiritual, num ambiente de ostracismo.

A abertura para um diálogo construtivo entre o Estado e as Igrejas tem início com a publicação do Decreto Executivo nº 7/87, o primeiro instrumento jurídico que reconhece as doze primeiras Igrejas e este diálogo se torna mais sistémico a partir de 1991, em consequência da revisão parcial da Lei Constitu-

cional angolana, operada pela Lei de Revisão Constitucional nº 12/91 de 06 de Maio de 1991, que formalmente instaurou no País o sistema político multipartidário e a construção de uma sociedade democrática, dando espaço ao surgimento e florescimento quer de Partidos Políticos, quer de outras Organizações, entre as quais, as Religiosas.

Na sequência da construção de uma sociedade democrática foi publicado o Decreto Executivo Conjunto nº 46/91 de 16 de Agosto do Ministério da Justiça e Secretaria de Estado da Cultura, que estipula os requisitos necessários ao reconhecimento jurídico das Igrejas e Organizações Religiosas.

Assim, o mosaico religioso em Angola a partir desde período reveste-se de várias cores, ao lado das Igrejas históricas (Católica e Protestantes-Methodista, Baptista e Evangélica) florescem outras Igrejas cristãs e não cristãs que apostam no desenvolvimento espiritual e social das populações. Em qualquer rua, praça ou quintal ergue-se um lugar de culto, cujos mentores anunciam soluções para os males sociais e físicos que assolam este país (Viegas, 1999:8).

Por outro lado, foram surgindo congregações de Igrejas Africanas Independentes, nomeadamente a UIESA- União das Igrejas do Espírito Santo em Angola, que operam junto das populações, à semelhança da AEA- Aliança Evangélica de Angola, fundada em 1974 e do CICA-Conselho das Igrejas Cristãs em Angola, fundada em 1977.

Vertiginosamente o campo religioso ganha cada vez mais dinamismo na vida dos fiéis, com diferentes denominações deixando marcas indeléveis no espaço sócio-cultural urbano demarcando os seus limites de actuação na sociedade, desenhando claramente os três espaços: um católico, outro protestante e outro afro-cristão.

Embora as diferentes Igrejas cristãs desempenham acções e estratégias no sentido de prestar um serviço à reconstrução e reconciliação da sociedade, contudo é relevante realçar que um dos mais notáveis esforços

nestes últimos 20 anos, consiste na implantação e desenvolvimento de uma «cultura de paz», passo fundamental para uma maior abertura ao diálogo, num país em que os conflitos armados opuseram ao longo desses anos filhos de Angola uns contra os outros.

Que acções e estratégias desenvolveram as Igrejas no processo de reconstrução e reconciliação nacionais?

## A Igreja Católica

O Episcopado desde 1975, por meio de Cartas Pastorais e Mensagens sempre se opôs à violência empenhando-se sempre na valorização do homem angolano, apostando no patriotismo, na tolerância, na solidariedade, no perdão e na luta pela paz e reconciliação da grande família angolana.

Na Carta Pastoral sobre a Igreja e a Independência de Angola de 11 de Outubro de 1975, os Bispos católicos de Angola apelam para um “clima de paz e entendimento, indispensável para a produção e o desenvolvimento, requer ainda que as minorias tenham garantida a sua justa expressão no conjunto social”

Os Bispos da Igreja Católica em Julho de 1989 publicam uma Mensagem Pastoral sobre a Reconciliação Nacional, na qual saúdam e se regozijam pelo primeiro encontro de reconciliação em Gbadolite entre o Presidente da República de Angola, Sr Engº José Eduardo dos Santos e o Sr. Presidente da UNITA, Dr. Jonas Savimbi, referindo que:

“Nós os Bispos de Angola no nosso nome e no do nosso povo martirizado pela guerra queremos testemunhar os mais vivos sentimentos de admiração e gratidão pela nobre coragem que revelaram ao mundo, no seu primeiro encontro de reconciliação. Cremos que aquele aperto de mão, gesto sem precedente, marca o início duma nova era na nossa história nacional”

O Cardeal D. Alexandre de Nascimento, tem vindo a empenhar-se pela unidade nacional, frisando particularmente numa das

suas homilias em Dezembro de 1994 que: “A união de todos os cidadãos é que fará cada vez melhor a unidade nacional”

É ainda na perspectiva de paz e reconciliação que, em 1996 a Conferência Episcopal de Angola e São Tomé -CEAST-instituiu o 14 de Março como o «Dia Nacional da Reconciliação».

Nesta linha de pensamento, uma eminente figura da Igreja Católica, o arcebispo do Huambo, D. Francisco Viti referiu que:

“A guerra está a dividir a única família angolana em grupos de amigos e inimigos exclusivos, e gera uma linguagem que a todos aliena... Porque desejamos a reconciliação verdadeira que, de longe, ultrapassa as dimensões do papel e da tinta, dizemos aos nossos irmãos pequenos e grandes: Perdoemo-nos sem demora... Temos de continuar a desenvolver a cultura de Paz contra a cultura de guerra que nos quer trair e frustrar como País independente” (1997)

É na busca de paz que a Assembleia Geral dos Bispos Católicos de Angola elaboraram e aprovaram em 1999 o ante-projecto do regulamento do Movimento

Pro Pace, com intuito de formar “conciliadores” para resolverem eventuais conflitos consequentes da guerra. Deste movimento fazem parte homens e mulheres

*“a paz é um processo contínuo, uma coisa que se busca, que se persegue continuamente” (Bispo Emílio de Carvalho in Jornal Notícias de Maputo).*

independentemente das suas convicções religiosas e políticas. Por outro lado, implementou um diálogo inter-religioso com a criação de um Comité Inter-Eclesial para a Paz em Angola - COIEPA, constituído pela Aliança Evangélica de Angola-AEA e pela Conselho das Igrejas Cristãs em Angola - CICA.

Este Comité Inter-Eclesial tem funcionado como órgão de consulta e de intervenção na vida política, contribuindo para a justiça, paz e reconciliação nacional em Angola.

A contribuição da Igreja Católica na realidade, tem sido dada tanto a nível individual

como a nível institucional. De facto, um dos responsáveis da Igreja, o arcebispo D. Zacarias Kamuenho, a quem foi atribuído em 2001 o prémio Sakharov pelos seus esforços em prol da paz, tem defendido que:

“Podemos e devemos trilhar os caminhos que levam à paz pelas sendas da força da razão e do diálogo inclusivo, da tolerância e justiça social efectiva, condições da paz que vão para além do calar das armas”

Estas e outras posturas da Igreja Católica que poderiam aqui ser apontadas, vêm demonstrar que a Igreja sempre esteve atenta e solícita às vicissitudes das populações angolanas. Significa dizer, que a Igreja não quis com o silêncio ser cúmplice dos conflitos, das misérias e dos abusos humanos que flagelam a sociedade angolana.

### O Espaço Protestante

As Igrejas protestantes através do CICA e do AEA têm estado envolvidas na busca da paz, quer produzindo programas na rádio sobre a tolerância, reconciliação e discussão dos direitos humanos quer organizando fóruns sobre a resolução dos conflitos.

A título de exemplo, podemos citar entre outras, a Igreja Metodista Unida e o seu empenhamento social na área da Educação e Assistência Humanitária, baseado na filosofia de que «ajudar outros é ajudarem-se a si próprios e ao próximo».

Nesta perspectiva, além de escolas do I e II níveis, esta Igreja construiu também o “Centro Social Alegria”, na província de Luanda, que prepara crianças na área escolar, transmite-lhes também conhecimentos profissionais (carpintaria, sapataria, culinária, corte e costura, trabalhos manuais e desporto).

De salientar que o Dr. Emílio de Carvalho, primeiro Bispo Angolano desta Igreja, nas suas intervenções sempre se referiu à necessidade de transformação das mentalidades, ao respeito pelo outro, à tolerância e reconciliação nacional para a paz efectiva em Angola, defendendo numa entrevista dada ao Jornal

Notícias, em Maputo, que “a paz é um processo contínuo, uma coisa que se busca, que se persegue continuamente”

### As Igrejas Afro-Cristãs ou Igrejas Independentes Africanas

Estas Igrejas na sua maioria surgem nos anos 90 e também não ficaram indiferentes à miséria e às doenças das populações e por isso, se empenharam mais no domínio do sector da saúde espiritual. São autênticos espaços de integração social, lugares de auscultação dos problemas e males que afligem os angolanos e por isso, actuam como redes sociais em torno de uma identidade religiosa.

Funcionando como espaços de apaziguamento das tensões sociais, as Igrejas Independentes Africanas se constituem, portanto, em lugares de moralização e redes de solidariedade nos vários cantos urbanos e rurais, como refere o Rev. Inocêncio de Sousa, Secretário Geral da União das Igrejas do Espírito Santo-UIESA, numa entrevista datada de Outubro de 2003.: “Lá onde não chega o Estado está presente uma igreja, ao lado do povo minimizando os problemas quotidianos, construindo postos médicos e escolas” (Rev. Inocêncio de Sousa, Outubro de 2003).

Neste sentido estas e outras Igrejas têm exercido funções de integração, refúgio e coesão social, porque o tecido social foi afectado pelas guerras civis. A função de integração faz-se sentir em relação ao processo de exclusão social a que está sujeito o indivíduo em situação de pobreza, desemprego e de doença, visto que estas Igrejas conseguem reintegrar o indivíduo e grupos de indivíduos numa comunidade cristã.

Esta realidade é constatada pelo Rev. Inocêncio de Sousa, quando afirma:

“Essas pessoas à medida que vão para as



nossas igrejas, têm direito a comida, porque o povo é mobilizado, no sentido de contribuir com arroz, farinha, mandioca e outros produtos básicos. Estas pessoas são assistidas e participam nas actividades da comunidade religiosa e há um convívio e assistência fora do normal”

Por outro lado, estas Igrejas mobilizam os seus crentes para a organização de cultos de acção de graças pela paz em Angola, assembleias de orações, jejuns e sacrifícios em prol da reconciliação e pacificação. São disso exemplos os cultos de paz que se tem realizado no campo desportivo da Cidadela desde 1991, nos quais congregam milhares de fiéis de diferentes confissões religiosas

É neste sentido que as Igrejas Independentes Africanas têm contribuído para o processo de reconciliação e desenvolvimento, na medida em que através das suas orações e curas de libertação e pacificação dos espíritos, favorecem a emancipação dos medos, das perseguições das forças malignas visíveis e invisíveis, integrando os indivíduos no seio das famílias e das comunidades, incentivando-os na luta pelos seus direitos e cumprimento dos seus deveres.

Para concluir, convém dizer que no contexto de crise estrutural, as Igrejas cristãs no seu plano espiritual e social, lutaram por uma férrea disciplina e organização na hierarquia religiosa, procuraram, ao longo do tempo, transmitir o sentido de respeito pela dignidade e pelos direitos humanos, a tolerância e os mecanismos capazes de minimizar as dificuldades sociais, isto tudo na interpretação livre do Evangelho, combatendo o “status quo” em que vive a sociedade angolana.

### **Uma Nova Era de Paz**

Em meados de 2002 desenhou-se uma nova conjuntura político-social jamais vivida em Angola pós-independência, depois de um período de guerra civil que durou quase três décadas. Na sociedade angolana reemergiu sob a forma de uma nova era de paz, o processo de reconciliação nacional.

Entrou-se num novo período de convivência harmoniosa entre os angolanos: procurando-se novos diálogos, novos equilíbrios, novos horizontes, novos valores sociais, económicos, morais, e culturais.

A sociedade civil e política sentiram necessidade de uma nova ordem nacional, de um novo paradigma de sobrevivência alargada.

Esta nova era iniciou-se a 4 de Abril do referido ano, com um Memorando Complementar ao Acordo de Paz de Lusaka, assinado entre o Governo e a UNITA, em Luanda.

Neste contexto histórico, a sociedade civil - as igrejas, os partidos políticos e a população em geral, traçam novas estratégias com o objectivo de partilharem activamente no novo processo de reconciliação nacional, referido pelo Presidente da República, José Eduardo dos Santos, na sua mensagem dirigida à Nação na véspera do cessar fogo, a três de Abril:

“Amanhã terá lugar a assinatura formal da Acta do Luena que nos vai permitir dizer, com grande alegria, que a guerra em Angola acabou e a paz chegou para sempre. Perante o silêncio das armas, não posso deixar de apelar a todos os angolanos e angolanas, sem distinção, para que comunguem em toda a sua plenitude a paz.

Para que isso aconteça é necessário que cada um e todos nós sejamos capazes de perdoar e de esquecer, isto é, de afastar os sentimentos de ódio e vingança, que nunca poderão contribuir para a construção de um mundo mais digno e mais justo para o Povo Angolano... Quem ama verdadeiramente a Paz tem de saber perdoar e reconciliar-se com o seu próximo, contribuindo assim para a união verdadeira e sólida dos angolanos”

### **Em jeito de conclusão**

No período pós-independência, os princípios políticos e jurídicos que definiam o novo modelo de sociedade, não contemplaram as Igrejas, demarcando através da Constituição, um Estado laico de ideologia marxista e monopartidária.